

MODESTO CARVALHOSA



# COMENTÁRIOS À LEI DE SOCIEDADES ANÔNIMAS

**4º VOLUME TOMO II - Arts. 243 a 300**

**Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com as  
modificações da Lei n. 11.941, de 27 de maio de 2009,  
e da Lei n. 12.810, de 15 de maio de 2013.**

**5ª edição, revista e atualizada**

**2014**

317 725 (81) (094)

C - A

C - A

v. 1

t. 2



Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP  
 CEP 05413-909  
 PABX: (11) 3613 3000  
 SAC: 0800 011 7875  
 De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30  
[www.editorasaraiva.com.br/contato](http://www.editorasaraiva.com.br/contato)

**Diretor editorial** Luiz Roberto Curia

**Gerente editorial** Thais de Camargo Rodrigues

**Assistente editorial** Olívia de Quintana Figueireda Pasqualeto

**Produtor editorial** Clarissa Boraschi Maria

**Preparação de originais** Ana Cristina Garcia

Maria Izabel Barreiras Bitencourt Bressan

Flávia Guterres Falcão de Oliveira

**Arte e diagramação** Isabela Agrelo Teles Veras

**Revisão de provas** Ana Beatriz Fraga Moreira

Juliana Barmia de Sousa

Luciene Ruzzi Brocchi

**Serviços editoriais** Mantia Cordeira

Tatiana das Santos Ramôa

**Capa** Estúdio Insólito

**Produção Gráfica** Marli Rampim

**Impressão** Proal Editora Gráfica

**Acabamento** Proal Editora Gráfica

ISBN 978-85-02-02277-5 obra completa  
 ISBN 978-85-02-22395-0 volume 4, tomo II

#### Carvalho, Modesto

Comentários à lei de sociedades anônimas,  
 4º volume : tomo II : arts. 243 a 300 : Lei n. 6.404,  
 de 15 de dezembro de 1976, com as modificações da  
 Lei n. 11.941, de 27 de maio de 2009, e da Lei n.  
 12.810, de 15 de maio de 2013 / Modesto  
 Carvalho. — 5. ed. rev. e atual. — São Paulo :  
 Saraiva, 2014.

#### Bibliografia

1. Sociedades anônimas - Leis e legislação -  
 Brasil I. Título.

CDU-347.725(81)(094.56)

#### Índices para catálogo sistemático:

- Brasil : Leis comentadas : Sociedades anônimas :  
 Direito comercial 347.725(81)(094.56)
- Leis : Sociedades anônimas : Comentários : Brasil :  
 Direito comercial 347.725(81)(094.56)

Data de fechamento da edição: 2-5-2014

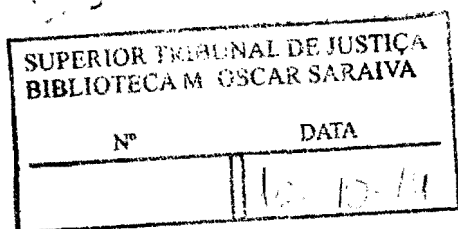
#### Dúvidas?

Accesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida  
 por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da  
 Editora Saraiva.  
 A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na  
 Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

108.094.005.001

965069



# Índice Geral

## CAPÍTULO XX

### **SOCIEDADES COLIGADAS, CONTROLADORAS E CONTROLADAS**

#### SEÇÃO I

#### **INFORMAÇÕES NO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

<b>Art. 243</b> .....	29
Lei de 1940 e legislação anterior .....	30
Lei n. 6.404, de 1976 .....	32
Lei n. 11.941/2009 – conceito de sociedade coligada e influência significativa (nova redação do § 1º e novos §§ 4º e 5º) .....	34
Lei n. 11.941/2009 – admissibilidade da coligação indireta .....	35
Exemplos de influência significativa – Pronunciamento CPC n. 18..	36
Instrução CVM n. 247, de 1996 .....	37
Entidade econômica com efeitos jurídicos x entidade jurídica .....	39
Caracterização do controle .....	40
Tipos de sociedades .....	40
Relatório anual .....	41
Companhias abertas e instruções da CVM .....	41
Características da coligação e do controle no grupo de fato ou não convencional .....	42
<i>Holdings</i> .....	44
Conceito de <i>holding</i> .....	45
<i>Holdings</i> e sociedades financeiras .....	46
Sistema piramidal .....	46
Relacionamento intersocietário no direito estrangeiro .....	47

#### SEÇÃO II

#### **PARTICIPAÇÃO RECÍPROCA**

<b>Art. 244</b> .....	49
Lei de 1940 .....	50

## Índice Geral

Lei n. 6.404, de 1976 . . . . .	51
Objetivo do preceito . . . . .	52
Fundamentos do preceito . . . . .	53
§§ 1º e 4º . . . . .	54
§ 2º . . . . .	55
§ 3º - Instrução CVM n. 247, de 1996 . . . . .	56
§ 5º . . . . .	56
§ 6º . . . . .	57
Controle indireto e coligação indireta . . . . .	58
Direito estrangeiro . . . . .	59

### SEÇÃO III

## RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES E DAS SOCIEDADES CONTROLADORAS

### ADMINISTRADORES

Art. 245 . . . . .	61
Lei de 1940 . . . . .	62
Lei n. 6.404, de 1976 . . . . .	62
Critério de equidade e conflito de interesses - <i>Fairness</i> . . . . .	64
Critério de apuração da responsabilidade individual dos administradores . . . . .	65
Obrigação de meio e não fim . . . . .	66
Critério de apurac�o de responsabilidade . . . . .	67

### SOCIEDADE CONTROLADORA

Art. 246 . . . . .	67
Lei de 1940 . . . . .	67
Lei n. 6.404, de 1976 . . . . .	68
Lei n. 9.457, de 1997 . . . . .	70
Fundamentos do preceito . . . . .	70
Abandono de companhia próspera . . . . .	70
Controlador de sociedade diversa . . . . .	70
Confusão de patrim�nios . . . . .	71
Legitimidade originária . . . . .	72
A�o social . . . . .	72
A�o social <i>ut universi</i> . . . . .	72
A minoria � órgão social . . . . .	74
Legitimidade passiva e solidariedade . . . . .	74

### SEÇÃO IV

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**NOTAS EXPLICATIVAS**

Art. 247 .....	75
Lei n. 6.404, de 1976 .....	75
Lei n. 11.941/2009 – nova redação do <i>caput</i> – Supressão da referência a investimento relevante .....	77
Relevância para a equivalência: um conceito brasileiro .....	78
A CVM e a extensão dessas notas – Instrução CVM n. 247, de 1996 . . .	79

**AValiação DO INVESTIMENTO EM COLIGADAS E CONTROLADAS**

Art. 248 .....	80
Lei n. 6.404, de 1976 .....	81
Consolidação plena, consolidação compartilhada e equivalência patrimonial .....	81
Controle e consolidação .....	82
O problema das investidas não controladas sobre as quais se tem influência .....	83
O nascimento da equivalência patrimonial .....	83
Equivalência sobre o patrimônio líquido .....	84
Investimentos que deviam ser avaliados pela equivalência patrimonial, até o advento da Lei n. 11.638/2007 .....	85
Investimentos que devem ser avaliados pela equivalência patrimonial após a promulgação da Lei n. 11.638/2007 .....	86
A preocupação com a participação no capital votante e com a influência significativa – Normas internacionais – Lei n. 11.638/2007 – Instruções CVM n. 247/96 e 469/2008 .....	87
Tratamento contábil dos investimentos que deixem de ser avaliados pela equivalência patrimonial – Lei n. 11.638/2007 e Instrução CVM n. 469/2008 .....	89
Equivalência patrimonial em controladas – Lei n. 11.638/2007. ....	90
Equivalência patrimonial em sociedades integrantes de um mesmo grupo ou sob controle comum – Lei n. 11.638/2007 .....	90
Obrigatoriedade de as investidas fornecerem os balanços – § 2º. ....	92
Método de avaliação – opção da companhia? .....	92
Normatização da CVM com amparo legal – equivalência patrimonial .	92
As regras da CVM para a aplicação da equivalência patrimonial . . .	93
Sociedade equiparada a coligada para todos os fins da Instrução CVM n. 247, de 1996. ....	94
Para o cálculo da relevância são computados os créditos – § 1º. ....	95
Investimentos excluídos da equivalência segundo a CVM .....	96
Normas complementares específicas da CVM e do CPC .....	96
Defasagens entre balanços – inciso I .....	97
Diversidade de critérios contábeis .....	98

## Índice Geral

A posição firme da CVM e do CPC na diversidade de critérios . . . . .	99
Participações recíprocas . . . . .	99
Eventos relevantes durante a defasagem de balanços . . . . .	102
Efeitos de diferentes direitos sobre dividendos – Lei n. 9.457, de 1997 . . . . .	102
A equivalência não é só sobre o patrimônio líquido . . . . .	103
Resultados não realizados – inciso I . . . . .	103
O que é, contabilmente, resultado não realizado . . . . .	104
A conceituação de resultado não realizado pela CVM – Instrução n. 247, de 1996 . . . . .	105
Uma incoerência legal . . . . .	106
Outro erro legal: primeiro reduz o patrimônio líquido . . . . .	107
A posição da CVM . . . . .	109
Efeitos fiscais sobre os lucros não realizados . . . . .	109
Aspectos complementares aos lucros não realizados . . . . .	109
O resultado de equivalência patrimonial . . . . .	110
Registro contábil do resultado da equivalência . . . . .	110
Efeitos das movimentações nas reservas de capital . . . . .	111
Outros efeitos na equivalência patrimonial decorrentes de mutações patrimoniais . . . . .	112
Ajustes de exercícios anteriores . . . . .	113
Ganhos de capital por variação no percentual de participação . . . . .	115
Perdas de capital por variação no percentual de participação . . . . .	116
Existem ganhos ou perdas quando o percentual de participação é aumentado? . . . . .	116
O resultado de equivalência segundo a CVM . . . . .	117
Um caso especial: amortização de ágio em vez de resultado de equivalência patrimonial . . . . .	118
Prejuízo por equivalência só até o limite do saldo do investimento. . . . .	119
Das perdas em investimentos avaliados pela equivalência patrimonial . . . . .	121
Amortização de ágio e deságio . . . . .	122
Amortização de ágio/deságio em razão de os ativos terem valor de mercado diferente do valor contábil . . . . .	125
Amortização de ágio/deságio por expectativa de lucros ou prejuízos futuros . . . . .	126
A evidência do saldo não amortizado do ágio ou do deságio . . . . .	127
Reserva de lucros a realizar e equivalência patrimonial . . . . .	128
A CVM e a reserva de lucros a realizar – Instrução n. 247, de 1996 . . . . .	129
Bonificações – Instrução CVM n. 247, de 1996 . . . . .	129
Reserva de lucros a realizar por bonificações recebidas . . . . .	130
A consolidação plena das demonstrações financeiras . . . . .	132

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS**

Art. 249 .....	132
Quem está obrigado à consolidação pela lei .....	132
O poder da CVM de ampliar a abrangência da aplicação da consolidação .....	133
Um caso especial de obrigação de consolidação: a sociedade de comando de grupo .....	134
Poderes adicionais à CVM sobre sociedades controladas, mesmo que fechadas e não anônimas .....	134
Inclusão de empresas na consolidação .....	134
Exclusão de empresas na consolidação .....	135
Normas da CVM para a exclusão .....	135
Exclusão por descontinuidade .....	137
Exclusão por disponibilidade por venda .....	137
Quais demonstrações são consolidadas? .....	138

**NORMAS SOBRE CONSOLIDAÇÃO**

Art. 250 .....	139
Lei n. 9.457, de 1997 .....	139
Lei n. 6.404, de 1976 .....	140
Lei n. 11.941, de 2009 .....	140
Eliminação da própria participação societária .....	140
Eliminação de quaisquer saldos entre as companhias .....	141
Eliminação dos lucros não realizados .....	141
As normas da CVM .....	142
Os impostos nas operações de resultados não realizados .....	143
Participação dos não controladores (ou dos minoritários) – § 1º – Lei n. 9.457, de 1997 .....	143
A CVM e a localização da participação dos não controladores .....	144
O ágio na consolidação – § 2º .....	145
O deságio na consolidação – § 3º .....	145
Defasagem na consolidação – § 4º .....	145
Ágio e deságio na consolidação – Art. 26 da Instrução CVM n. 247, de 1996 .....	146
Provisão para perdas .....	147
Aquisição ou baixa dos investimentos dentro do exercício social .....	147
Participação dos não controladores .....	148
Demonstração consolidada das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR – Instrução CVM n. 247, de 1996 .....	149
A CVM e as notas explicativas – Instrução CVM n. 247, de 1996 .....	149
Aquisições e baixas de controladas e seus efeitos .....	150
Diferenças entre lucro e patrimônio líquidos individual e consolidado .....	151

## Índice Geral

Uma novidade no Brasil: consolidação proporcional . . . . .	151
Controlada em conjunto . . . . .	152
Alguns aspectos interessantes da consolidação proporcional . . . . .	153
Notas explicativas e técnicas de consolidação – Instrução CVM n. 247, de 1996 . . . . .	154
Auditoria das controladas – Instrução CVM n. 247, de 1996 . . . . .	154

### SEÇÃO V

#### **SUBSIDIÁRIA INTEGRAL**

<b>Art. 251 . . . . .</b>	<b>155</b>
Lei de 1940 . . . . .	156
Lei n. 6.404, de 1976 . . . . .	157
Fundamentos da sociedade unipessoal permanente . . . . .	158
A superação da pluralidade pela teoria do patrimônio empresarial . . . . .	159
A personificação do patrimônio empresarial . . . . .	160
Autonomia patrimonial . . . . .	160
Absorção da prática norte-americana . . . . .	161
Sociedade unipessoal permanente . . . . .	161
Subsidiária integral, fundação e empresa pública . . . . .	161
Constituição de subsidiária integral . . . . .	162
Subsidiária integral de sociedade de economia mista . . . . .	163
Sociedade brasileira – Emenda Constitucional n. 6, de 1995 . . . . .	164
Função da subsidiária integral . . . . .	165
Regime de publicidade . . . . .	165
Responsabilidade da controladora . . . . .	166
Estrutura e funcionamento da subsidiária integral . . . . .	166
Conselho Fiscal . . . . .	168
Órgãos da administração . . . . .	169
Assembleia geral . . . . .	169
Aumento de capital – Lei n. 9.457, de 1997 . . . . .	171
Número de ações . . . . .	171
Subsidiária da subsidiária . . . . .	172
Reversão da subsidiária e outros negócios . . . . .	172
Conversão de companhia aberta . . . . .	172

#### **INCORPORAÇÃO DE AÇÕES**

<b>Art. 252 . . . . .</b>	<b>173</b>
Lei de 1940 . . . . .	174
Lei n. 6.404, de 1976 . . . . .	174
Lei n. 11.941, de 2009 – novo § 4º . . . . .	176
Pronunciamento CPC n. 15 – “combinação de negócios” . . . . .	177
Modalidades de “combinação de negócios” – mensuração . . . . .	177



Ágio por expectativa de rentabilidade futura ou ganho proveniente de compra vantajosa – Reconhecimento e mensuração . . . . .	178
Direito de recesso . . . . .	181
Direito de recesso na incorporada aberta – Art. 223, §§ 3º e 4º . . . . .	181
Direito de recesso na incorporadora . . . . .	182
Incorporação ficta . . . . .	182
Avaliação . . . . .	183
Aplicação do instituto em outros tipos societários . . . . .	184
Quórum . . . . .	185
Entrega das ações . . . . .	186
Proteção dos terceiros . . . . .	186
Noção . . . . .	187

## **ADMISSÃO DE ACIONISTAS EM SUBSIDIÁRIA INTEGRAL**

Art. 253 . . . . .	188
Lei de 1940 . . . . .	188
Lei n. 6.404, de 1976 . . . . .	188
Procedimentos e efeitos das assembleias gerais . . . . .	189
Prazo de preferência . . . . .	190
Controladora limitada . . . . .	190

## SEÇÃO VI

### **ALIENAÇÃO DE CONTROLE**

#### **DIVULGAÇÃO**

Art. 254. ( <i>Revogado pela Lei n. 9.457, de 5-5-1997.</i> ) . . . . .	191
Art. 254-A . . . . .	191
Lei n. 10.303, de 2001 – Restaura a obrigatoriedade da oferta pública decorrente da aquisição do controle de companhia aberta – Antecedentes e objetivos da norma . . . . .	192
Instrução CVM n. 361, de 2002 (procedimentos gerais / procedimentos especiais) . . . . .	193
Aberrante inconstitucionalidade e exorbitância dos arts. 11 e 29 da Resolução CVM n. 361, de 2002 . . . . .	196
Acepção ampla e alienação de controle . . . . .	198
Cassação do direito pela Lei Kandir – Lei n. 9.457, de 1997 . . . . .	199
Lei n. 10.303, de 2001 – Oferta não igualitária . . . . .	201
Lei n. 10.303, de 2001 – Aplicações a todas as categorias de companhias abertas da oferta pública . . . . .	202
Destinatários da oferta . . . . .	203
Quebra do regime de legalidade – Arts. 11 e 29 da Instrução CVM n. 361, de 2002 . . . . .	204

## Índice Geral

Publicação Oficial das OPA's – Ofensa ao princípio da legalidade – Art. 11 da Instrução CVM n. 361, de 2002 . . . . .	206
Ofensa ao princípio da legalidade – Do art. 11 da Instrução CVM n. 361, de 2002 . . . . .	207
Efeitos declaratórios e constitutivos da publicação oficial das OPA's – Art. 11 da Instrução CVM n. 361, de 2002 . . . . .	211
Ofensa ao princípio da moralidade – Art. 37 da CF e art. 11 da Instrução CVM n. 361, de 2002 . . . . .	215
Caracterização do controle e modalidades de alienação . . . . .	216
Alienação direta do controle acionário . . . . .	217
Características da alienação do controle . . . . .	218
Alienação do controle, acordo de acionistas e bloco de controle . . . . .	219
Alienação do controle sob condição suspensiva ou resolutiva . . . . .	220
Obrigatoriedade da oferta pública . . . . .	220
Alienação indireta do controle . . . . .	222
Cálculo do preço da oferta na transferência indireta . . . . .	223
Alienação em etapas . . . . .	224
Aquisição do controle a título derivado ou a título originário . . . . .	225
Rateio – Impossibilidade . . . . .	227
Oferta pública de aquisição – §§ 2º e 3º . . . . .	228
O pagamento de prêmio aos acionistas minoritários – § 4º e Instrução CVM n. 361, de 2002 . . . . .	229
O prêmio estende-se a todas as ações – Art. 30, § 1º, da Instrução CVM n. 361, de 2002 . . . . .	229
Retração dos aceitantes . . . . .	230
A oferta pública por alienação de controle como modalidade de dividendos preferenciais – Art. 17, § 1º, inciso III . . . . .	231
Lei de 1940 . . . . .	232
Lei n. 6.404, de 1976 – Instituição da oferta pública obrigatória por alienação de controle . . . . .	233
Resolução n. 401, de 1976 . . . . .	237
Comissão de Valores Mobiliários . . . . .	238
Jurisprudência . . . . .	240
Projeto Kandir – Revogação da oferta pública obrigatória por alienação de controle de direitos dos minoritários – Lei n. 9.457, de 1997 . . . . .	241
Razões de política econômica na supressão de direitos dos minoritários – Lei n. 9.457, de 1997 . . . . .	242

### **COMPANHIA ABERTA SUJEITA A AUTORIZAÇÃO**

Art. 255 . . . . .	243
Lei de 1940 . . . . .	243
Lei n. 6.404, de 1976 . . . . .	244
Lei n. 9.457, de 1997 . . . . .	245

**APROVAÇÃO PELA ASSEMBLEIA GERAL DA COMPRADORA**

Art. 256 .....	247
Lei de 1940 .....	248
Lei n. 6.404, de 1976 .....	248
Companhias fechadas .....	249
Fundamento .....	250
Lei n. 9.457, de 1997 .....	250
Finalidade da norma .....	251
Controle .....	253
Proposta à assembleia geral .....	253
Investimento relevante .....	254
Cotação em Bolsa ou mercado de balcão .....	254
Tipos societários .....	254
Competência de deliberação .....	255
Conselho Fiscal .....	256
Quórum .....	256
Critérios de avaliação .....	256

## SEÇÃO VII

**AQUISIÇÃO DE CONTROLE MEDIANTE OFERTA PÚBLICA VOLUNTÁRIA****REQUISITOS**

Art. 257 .....	257
Lei de 1940 .....	258
Lei n. 6.404, de 1976 .....	258
Lei n. 9.457, de 1997 .....	260
Razão histórica do instituto na Lei Societária .....	260
Nominatividade compulsória e oferta pública .....	261
Art. 100 da Lei n. 6.404, de 1976, com as alterações trazidas pela Lei n. 9.457, de 1997 – Fornecimento obrigatório de certidões .....	263
CVM – 4º .....	263
Objeto .....	264
Irrevogabilidade da oferta .....	265
Oferta pelo atual controlador .....	265
Instituição financeira .....	266
§ 1º – Permuta – Art. 172 .....	266
Ofertas mistas .....	267
Permuta no Código Civil .....	267
Promessas adicionais ao pagamento do preço .....	268
Natureza da oferta pública de aquisição de ações de controle .....	268
Aplicação do art. 427 do Código Civil .....	269

## Índice Geral

Características da oferta pública voluntária de aquisição de bloco de ações de controle .....	270
Direito inglês .....	270
Direito americano .....	272
Direito francês .....	273
“Leilão controlado” para oferta de alienação de controle .....	274
Direito alemão .....	275
A tutela do interesse social nas aquisições de controle .....	275
Diretivas da Comunidade Económica Europeia .....	277
<b>INSTRUMENTO DA OFERTA DE COMPRA</b>	
<b>Art. 258 .....</b>	<b>277</b>
Lei de 1940 .....	277
Lei n. 6.404, de 1976 .....	278
Fundamento do preceito .....	278
Vinculação aos termos da oferta .....	279
Efeitos do descumprimento – Responsabilidade contratual .....	280
Autonomia da proposta .....	281
Ofertas condicionais – Incisos I e III .....	281
Preço e condições de pagamento – Inciso II e parágrafo único .....	282
Garantia do pagamento do preço por instituição financeira e negócio de mútuo .....	283
Oferta pública de permuta – Preço e condições de pagamento .....	284
Oferta mista .....	284
Aceitação da oferta – Inciso IV .....	285
Prazo da oferta – Inciso V .....	286
Cláusulas que deverão constar da oferta – Incisos I a V .....	286
Informações sobre o ofertante – Inciso VI .....	286
Suspensão da operação pela CVM – Parágrafo único .....	287
<b>INSTRUMENTO DE OFERTA DE PERMUTA</b>	
<b>Art. 259 .....</b>	<b>288</b>
Lei de 1940 .....	288
Lei n. 6.404, de 1976 .....	288
Oferta pública de permuta .....	289
Função económica .....	290
Dificuldades de ordem jurídica .....	290
Valores que podem ser objeto da permuta .....	291
Oferta pública mista .....	291
<b>SIGILO</b>	
<b>Art. 260 .....</b>	<b>292</b>
Lei de 1940 .....	292
Lei n. 6.404, de 1976 .....	293
Fases da operação – Fase secreta .....	294

Dever de guardar sigilo .....	295
Âmbito do dever de sigilo .....	296
Relação dialética entre o dever de sigilo e o de informação .....	296
Direito comparado .....	297
Fase pública - Dever de informar - Presunção de conhecimento pelo público - Arts. 157, 258 e 289 .....	299
Dever de informar do ofertante e da instituição financeira .....	301
Veracidade das informações .....	302
Art. 177 do Código Penal .....	302
Conteúdo da publicação do fato relevante pela companhia visada - Arts. 157 e 289 .....	303
Obstrução da oferta pelos administradores e controladores da companhia visada .....	303
Manutenção da política empresarial durante a oferta e medidas de defesa da companhia .....	304
Direito estrangeiro .....	305
Jurisprudência .....	307

## **PROCESSAMENTO DA OFERTA**

Art. 261 .....	311
Lei de 1940 .....	311
Lei n. 6.404, de 1976 .....	311
Características da aceitação .....	314
Irrevogabilidade e retratação .....	315
Contrato preliminar ou definitivo .....	316
Contrato por adesão .....	316
Contrato impessoal e uniforme .....	317
Interpretação do contrato de aquisição de ações por oferta pública .....	318
Contrato de compra e venda .....	318
Contrato de troca ou permuta .....	318
Contrato misto de compra e venda e de troca .....	320
Efeitos contratuais do rateio .....	321
Melhoria do preço e das condições .....	322

## **OFERTA CONCORRENTE**

Art. 262 .....	323
Lei de 1940 .....	323
Lei n. 6.404, de 1976 .....	323
Rigorosa observância do interesse social .....	324
Efeitos da oferta concorrente quanto à aceitação .....	325
Irrevogabilidade e oferta concorrente .....	326
Efeitos da oferta concorrente quanto à anterior .....	326
Obrigações do ofertante concorrente .....	327
Ilimitação das ofertas concorrentes .....	328

## Índice Geral

Vantagens constantes da oferta concorrente .....	329
Instrumento de defesa dos administradores e do controlador .....	330
Táticas selvagens de defesa .....	332

**NEGOCIAÇÃO DURANTE A OFERTA**

<b>Art. 263</b> .....	<b>334</b>
Lei de 1940 .....	334
Lei n. 6.404, de 1976 .....	334
Lei n. 9.457, de 1997 .....	334
Competência da CVM .....	335
Competência de fiscalização .....	335
Inquérito e processo administrativo – Lei n. 9.457, de 1997 .....	336
Fiscalização da conduta dos envolvidos na oferta – Lei n. 9.457, de 1997 .....	337
Suspensão da oferta .....	337

## SEÇÃO VIII

**INCORPORAÇÃO DE COMPANHIA CONTROLADA**

<b>Art. 264</b> .....	<b>338</b>
Avaliação do patrimônio líquido das sociedades envolvidas e fixação da relação de substituição das ações – Leis n. 6.404, de 1976, e 10.303, de 2001 .....	339
Espécies e classes de ações a serem emitidas – Leis n. 6.404, de 1976, e 10.303, de 2001 .....	340
A particularidade da incorporação de controlada – Lei n. 10.303, de 2001 .....	341
Lei n. 10.303, de 2001 – Aplicação do regime do art. 264 à incorporação de ações e outorga de poderes à CVM .....	343
Lei n. 10.303, de 2001 – Possibilidade de a CVM aceitar a adoção de critério alternativo ao do patrimônio líquido a preços de mercado – <i>Caput</i> do art. 264 .....	344
Extensão da aplicação do disposto no § 4º .....	346
Exigência de avaliação de companhias abertas por empresa especializada – § 1º – Lei n. 10.303, de 2001 .....	348
Lei de 1940 .....	349
Lei n. 6.404, de 1976 .....	349
Lei n. 9.457, de 1997 .....	353
Abertura da incorporadora ou recesso – Lei n. 9.457, de 1997 – Art. 223 – Instrução CVM n. 202, de 1993 .....	354
Pressuposto da norma .....	355
Objetivo da norma .....	355
Patrimônio líquido a preços de mercado .....	356
Recesso na fusão .....	357

## CAPÍTULO XXI

**GRUPO DE SOCIEDADES**

## SEÇÃO I

**CARACTERÍSTICAS E NATUREZA****CARACTERÍSTICAS**

Art. 265 .....	359
Lei de 1940 .....	359
Lei n. 6.404, de 1976, e origem histórica dos grupos convencionais de sociedades .....	360
<i>Zaibatsu</i> e <i>Konzern</i> como modelos .....	362
Origem e evolução do <i>Zaibatsu</i> .....	364
O fenômeno concentracionista do <i>Konzern</i> .....	368
Institucionalização do <i>Konzern</i> – Direito societário alemão .....	370
Características do <i>Konzern</i> .....	371
Consolidação das regras de concentração pela lei alemã de 1994 ...	372
Negócios objeto da convenção no sistema alemão – Efeitos empresariais e societários .....	373
Efetividade das leis de <i>Konzern</i> – Direito alemão e brasileiro – Não adoção pelos demais ordenamentos .....	374
A não recepção na prática empresarial brasileira .....	378
Direito português – Código das Sociedades de 1986 .....	379
Os grupos convencionais no Direito societário brasileiro .....	381
Conceito de grupo de sociedades .....	382
Natureza jurídica do negócio de convenção e seus efeitos .....	386
Nacionalidade brasileira da sociedade de comando .....	388
Participação recíproca .....	388

**NATUREZA**

Art. 266 .....	389
Lei de 1940 .....	389
Lei n. 6.404, de 1976 .....	389
Culpa contratual e extracontratual .....	392
Construção jurisprudencial .....	393
Grupo de subordinação .....	396

**DESIGNAÇÃO**

Art. 267 .....	397
Lei de 1940 .....	397
Lei n. 6.404, de 1976 .....	397
Denominação e sigla .....	398
Proteção nacional da sigla do grupo .....	398

## Índice Geral

Proteção pelo Registro do Comércio – Lei n. 9.279, de 1996 . . . . .	399
Fundamento no princípio da publicidade – Art. 289 . . . . .	399
Utilização de sigla por grupos de fato e a teoria da aparência . . . . .	399
<b>COMPANHIA SUJEITA À AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAR</b>	
<b>Art. 268 . . . . .</b>	<b>401</b>
Decreto-Lei n. 2.627, de 1940, e Código Civil de 2002 . . . . .	401
Lei n. 6.404, de 1976 . . . . .	401
Validade e eficácia da convenção . . . . .	402
Efeitos da aprovação . . . . .	402
Nacionalidade brasileira das sociedades do grupo . . . . .	403
Poder discricionário da autoridade . . . . .	403
<b>SEÇÃO II</b>	
<b>CONSTITUIÇÃO, REGISTRO E PUBLICIDADE</b>	
<b>Art. 269 . . . . .</b>	<b>404</b>
Lei de 1940 . . . . .	405
Lei n. 6.404, de 1976 . . . . .	405
Requisitos de literalidade e a finalidade da convenção . . . . .	406
Designação do grupo – Inciso I . . . . .	407
Indicação da sociedade de comando – Inciso II . . . . .	408
Condições de participação das diversas sociedades – Inciso III . . . . .	409
Prazo de duração e condições de extinção – Inciso IV . . . . .	409
Admissão e retirada – Inciso V . . . . .	410
Órgãos da administração do grupo e relação entre as sociedades do grupo – Inciso VI . . . . .	411
Declaração de nacionalidade do controle do grupo – Inciso VII e parágrafo único . . . . .	412
Alteração da convenção – Inciso VIII . . . . .	412
<b>APROVAÇÃO PELOS SÓCIOS DAS SOCIEDADES</b>	
<b>Art. 270 . . . . .</b>	<b>413</b>
Lei de 1940 . . . . .	413
Lei n. 6.404, de 1976 . . . . .	414
Fundamento da aprovação pelos acionistas . . . . .	414
Diversas questões referentes à aprovação pelos sócios . . . . .	415
Sociedade em comandita por ações . . . . .	416
Efeitos da aprovação . . . . .	417
Direito de retirada . . . . .	418
<b>REGISTRO E PUBLICIDADE</b>	
<b>Art. 271 . . . . .</b>	<b>419</b>
Lei de 1940 . . . . .	420
Lei n. 6.404, de 1976 . . . . .	420



Efeitos do arquivamento e publicação .....	421
Efeitos perante terceiros .....	422
Registro prévio no CADE – Lei n. 12.529, de 2011 .....	423
Dissolução do grupo .....	423
Inciso III – Declaração autenticada e acordo de acionistas .....	424

## SEÇÃO III

**ADMINISTRAÇÃO****ADMINISTRADORES DO GRUPO**

Art. 272 .....	425
Lei de 1940 .....	425
Lei n. 6.404, de 1976 .....	425
Estrutura administrativa .....	426
Esferas de interesses .....	426
Representação orgânica e convencional .....	427
Direção bipartida do grupo e ainda o tema da representação .....	428

**ADMINISTRADORES DAS SOCIEDADES FILIADAS**

Art. 273 .....	429
Lei de 1940 .....	429
Lei n. 6.404, de 1976 .....	429
Manual de normas e de procedimentos e circulares .....	430
Fundamento da não ingerência e direito de recusa .....	431
Conflito de interesses e art. 276 .....	432

**REMUNERAÇÃO**

Art. 274 .....	433
Lei de 1940 .....	433
Lei n. 6.404, de 1976 .....	434
Remissão ao art. 152 .....	435
Previsão convencional e estatutária – Art. 152, § 1º .....	435
Previsão estatutária das sociedades integrantes .....	436
Distribuição do dividendo obrigatório e preferencial – Art. 17 e § 2º do art. 152 .....	436
Competência para a fixação da remuneração e das participações .....	437

## SEÇÃO IV

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Art. 275 .....	438
Lei n. 6.404, de 1976 .....	439
Normas da CVM .....	439
Uniformidade de critérios na consolidação .....	440

## Índice Geral

Se nenhuma sociedade for aberta, a consolidação não obedecerá às regras da CVM .....	441
Possíveis problemas nas demonstrações consolidadas .....	441
<b>SEÇÃO V</b>	
<b>PREJUÍZOS RESULTANTES DE ATOS CONTRÁRIOS À CONVENÇÃO</b>	
<b>Art. 276</b> .....	442
Lei de 1940 .....	443
Lei n. 6.404, de 1976 .....	443
Arts. 291 e 287, II, <i>b</i> , n. 2 .....	443
Anulação da própria convenção – Cláusulas leoninas .....	444
Direito de recesso e cláusulas leoninas .....	444
Legitimidade dos sócios de todas as integrantes do grupo .....	445
Ausência de solidariedade .....	446
<b>CONSELHO FISCAL DAS FILIADAS</b>	
<b>Art. 277</b> .....	447
Lei de 1940 .....	447
Lei n. 6.404, de 1976 .....	447
Princípio da anualidade .....	449
Lei n. 9.457, de 1997 .....	449
Remuneração – Lei n. 9.457, de 1997 .....	450
Sociedades filiadas ao grupo .....	450
Inclusão das limitadas e em nome coletivo .....	451
Função dessa fiscalização cruzada .....	451
Eleição majoritária e fraude – Votação em separado .....	452
<b>CAPÍTULO XXII</b>	
<b>CONSÓRCIO</b>	
<b>Art. 278</b> .....	455
Lei de 1940 .....	455
Lei n. 6.404, de 1976 .....	455
Grupos de sociedades e consórcio .....	458
Natureza .....	458
Conceito .....	459
Características .....	460
Função .....	461
Líder do consórcio .....	461
Grupo de coordenação .....	461
Ainda consórcio e grupos de sociedades .....	462
Diferença entre consórcio e sociedade .....	463
Consórcio societário e sociedade de propósito específico – SPE .....	463

<i>Joint ventures</i> – Consórcios contratuais e societários . . . . .	464
Consórcio operacional e instrumental . . . . .	465
Consórcio aberto e fechado . . . . .	466
Consórcios nacionais, estrangeiros e internacionais . . . . .	466
Cartel e consórcio – Atividades anticoncorrenciais . . . . .	467
Conceito de cartel consorcial . . . . .	468
Cartéis legítimos e ilícitos . . . . .	468
Consórcios normativos internos e externos . . . . .	469
Função e efeitos dos consórcios de cartelização . . . . .	469
Ainda os consórcios anticoncorrenciais . . . . .	469
Cartéis abertos . . . . .	470
Ainda as características e os efeitos do consórcio de cartelização . . . . .	470
Cartéis normativos ou de contingenciamento . . . . .	470
Cartéis de contingenciamento. . . . .	471
Consórcios normativos . . . . .	471
Cartéis horizontais e verticais . . . . .	472
Outras formas de consórcio de cartelização . . . . .	472
Abuso do poder econômico – Lei n. 12.529, de 2011 . . . . .	473
Consórcios de 1º, 2º e 3º graus . . . . .	473
Consórcios de obras públicas – Leis n. 8.666, de 1993, e 9.074, de 1995 . . . . .	474
Consórcio instrumental – SPE . . . . .	475
Superação do consórcio operacional pela SPE . . . . .	475
Ainda o consórcio operacional e a SPE . . . . .	476
Consórcio e mercado de capitais . . . . .	477
<i>Caput</i> do presente art. 278 . . . . .	478
Consortiadas sob controle comum ou independentes . . . . .	479
§ 1º – Solidariedade . . . . .	480
§ 2º – Contrato plurilateral e falência . . . . .	481
Legitimidade . . . . .	481
Direito americano . . . . .	482
Direito francês . . . . .	485
Direito italiano – Lei n. 377, de 1976 . . . . .	487
Direito alemão . . . . .	488
Direito português . . . . .	489
Direito japonês . . . . .	489
<b>Art. 279</b> . . . . .	<b>490</b>
Lei de 1940 . . . . .	490
Lei n. 6.404, de 1976 . . . . .	490
Lei n. 11.941/2009 . . . . .	492
Requisitos de literalidade . . . . .	493
Designação do consórcio – Inciso I . . . . .	493
Empreendimento objeto do consórcio – Inciso II . . . . .	494

## Índice Geral

Duração – Endereço e foro do consórcio – Inciso III . . . . .	495
Definição das obrigações, prestações e responsabilidades individuais das consorciadas – Inciso IV . . . . .	496
Receitas e partilha de resultados – Inciso V . . . . .	497
Administração e representação – Inciso VI . . . . .	498
Forma de deliberação – Inciso VII . . . . .	500
Fundo para despesas – Inciso VIII . . . . .	500
Registro e publicidade – Parágrafo único . . . . .	501
Registro prévio no CADE – Lei n. 12.529, de 2011 . . . . .	502

### CAPÍTULO XXIII

### **SOCIEDADES EM COMANDITA POR AÇÕES**

<b>Art. 280 . . . . .</b>	<b>503</b>
Lei de 1940 . . . . .	503
Lei n. 6.404, de 1976 . . . . .	507
Lei n. 9.457, de 1997 . . . . .	508
A sociedade anônima tornou-se, na prática, comandita . . . . .	508
A importância atual da comandita por ações . . . . .	509
Direitos dos comanditados perante os acionistas majoritários . . . . .	510
Inexistência da figura do controlador . . . . .	511
Características das sociedades em comandita por ações . . . . .	512
Remuneração dos comanditados . . . . .	513
Abandono dos termos “comanditados” e “comanditários” . . . . .	514
Direito de veto . . . . .	514
Alteração do tipo societário . . . . .	514
Administração . . . . .	515
Função de proteção aos credores . . . . .	515
Liberdade estatutária . . . . .	516
Destituição e indenização . . . . .	516
<b>Art. 281 . . . . .</b>	<b>517</b>
Lei de 1940 e Lei n. 6.404, de 1976 . . . . .	517
Teoria da aparência . . . . .	518
Especificidade do nome comercial . . . . .	519
Responsabilidade de todos os comanditados . . . . .	519
Firma ou razão social . . . . .	519
<b>Art. 282 . . . . .</b>	<b>520</b>
Lei de 1940 . . . . .	520
Responsabilidade pelas perdas sociais . . . . .	522
Nomeação e destituição . . . . .	522
Destituição por justa causa . . . . .	523
<b>Art. 283 . . . . .</b>	<b>524</b>
Lei de 1940 . . . . .	525
Lei n. 6.404, de 1976 . . . . .	525
Lei n. 9.457, de 1997 . . . . .	525

Esferas diversas de interesses .....	526
Alteração e destituição .....	526
<b>Art. 284 .....</b>	<b>527</b>
Lei de 1940 .....	527
Lei n. 6.404, de 1976 .....	527

## CAPÍTULO XXIV

**PRAZOS DE PRESCRIÇÃO**

<b>Art. 285 .....</b>	<b>529</b>
Lei de 1940 .....	529
Lei n. 6.404, de 1976 .....	530
Direito estrangeiro .....	530
Pressuposto da existência legal da sociedade .....	531
Nulidade absoluta e outras hipóteses de imprescritibilidade .....	531
Âmbito restrito da prescrição em um ano .....	532
Vícios formais e materiais .....	532
Decadência e prescrição .....	534
Nulidade absoluta e relativa .....	534
Diferença substancial dos efeitos da nulidade dos contratos bilaterais e dos contratos societários .....	535
Legitimidade .....	537
Efeitos transcendentais da sentença .....	537
Retificação e ratificação – § 1 <sup>o</sup> .....	537
Efeitos da retificação e da ratificação – § 1 <sup>o</sup> .....	539
Anulação total ou parcial .....	540
Integralização do capital no caso de anulação – Princípio da isonomia .....	541
Ainda os efeitos da retificação e da ratificação .....	541
Foro competente .....	541
<b>Art. 286 .....</b>	<b>542</b>
Lei de 1940 .....	542
Lei n. 6.404, de 1976 .....	542
Redução do prazo prescricional – Fundamento .....	545
O prazo conta-se da publicação .....	547
Assembleia geral e assembleia especial .....	548
Legitimidade .....	549
Causa de pedir – Debenturistas .....	550
Legitimidade quanto às assembleias gerais e especiais .....	551
Convocação e instalação das assembleias gerais e especiais .....	552
Prova de prejuízo .....	553
Cumulação de pedido de ressarcimento de danos .....	554
Revogação das deliberações irregulares .....	554
Ainda o termo inicial da prescrição extintiva .....	555

## Índice Geral

Prazo de prescrição com respeito a terceiros . . . . .	556
Ainda a questão da legitimidade e prescrição . . . . .	557
Sociedades limitadas . . . . .	558
Deliberação efetiva . . . . .	559
Objeto do pedido de anulação . . . . .	560
Anulação parcial do ato ou da deliberação . . . . .	560
Erro, dolo, fraude e simulação . . . . .	561
<b>Art. 287 . . . . .</b>	<b>562</b>
Lei de 1940 . . . . .	563
Lei n. 6.404, de 1976 . . . . .	564
Lei n. 9.457, de 1997 . . . . .	566
Inciso I, <i>a</i> – Ação contra peritos e subscritores . . . . .	567
Critérios de avaliação – Art. 8 <sup>o</sup> , § 1 <sup>o</sup> . . . . .	568
Legitimidade . . . . .	569
Inciso I, <i>b</i> – Credores na liquidação da companhia . . . . .	570
Fundamento da responsabilidade do acionista . . . . .	570
Legitimidade e objeto do pedido . . . . .	571
Inciso II, <i>a</i> – Ação para haver dividendos – Legitimidade . . . . .	572
Fundamento . . . . .	572
Inciso II, <i>b</i> , n. 1, 2 e 3 – Ação contra fundadores, acionistas, administradores, liquidantes, fiscais ou sociedade de comando – Reparação civil . . . . .	573
Legitimidade . . . . .	575
Autonomia da ação de responsabilidade . . . . .	575
Inciso II, <i>b</i> , n. 2 – Jurisprudência . . . . .	576
Inciso II, <i>c</i> – Ação contra acionistas para restituição de dividendos . . . . .	578
Legitimidade e cabimento da ação . . . . .	578
Caracterização da má-fé . . . . .	579
Inciso II, <i>d</i> – Ação contra administradores ou titulares de partes beneficiárias para restituição da participação nos lucros recebidos de má-fé . . . . .	580
Inciso II, <i>e</i> – Ação contra agente fiduciário de debenturistas ou de agente fiduciário de beneficiários no caso de violação da lei ou da escritura de emissão . . . . .	580
Legitimação ativa . . . . .	581
Inciso II, <i>f</i> – Ação contra o violador do dever do sigilo . . . . .	581
Lei n. 10.303, de 2001 – Prazo de prescrição da ação do acionista contra a companhia – Alínea <i>g</i> , acrescentada ao inciso II . . . . .	582
Lapso temporal . . . . .	584
Interpretação restritiva: rol taxativo . . . . .	584
<b>Art. 288 . . . . .</b>	<b>586</b>
Lei de 1940 . . . . .	587
Lei n. 6.404, de 1976 . . . . .	587
Ilícitos penais . . . . .	588
Princípio da atração prescritiva penal no ordenamento . . . . .	589

## CAPÍTULO XXV

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

<b>Art. 289</b> .....	<b>591</b>
Lei de 1940 .....	592
Lei n. 6.404, de 1976 .....	593
Lei n. 9.457, de 1997 .....	594
Lei n. 8.639, de 1993 .....	595
Medida Provisória n. 1.638, de 14 de fevereiro de 1998 (posteriormente convertida na Lei n. 10.194, de 14 de fevereiro de 2001) .....	596
Lei n. 10.303, de 2001 – Publicações societárias das companhias abertas na rede mundial de computadores – § 7º do art. 289 .....	597
Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007 – Equiparação das limitadas de grande porte às companhias abertas quanto à elaboração e à publicação de suas demonstrações financeiras .....	598
Lei n. 11.638, de 2007 – Conceito da empresa de grande porte .....	599
A publicação das demonstrações financeiras das sociedades limitadas de grande porte – Art. 3º e parágrafo único da Lei n. 11.638, de 2007 .....	600
Interpretação do art. 3º e parágrafo único da Lei n. 11.638, de 2007 .....	601
Sanção quanto à não publicação das demonstrações financeiras das sociedades de grande porte – Juntas Comerciais .....	605
Fundamentos constitucionais e legais da publicação oficial – Código Civil .....	606
Competência das Imprensas Oficiais dos Estados – Regime federativo (Constituição de 1988) .....	607
Função do regime de publicação oficial – Art. 1.152 do Código Civil .....	610
Funções diversas do regime de certificação e de publicação oficial .....	611
Regime de certificação das publicações no <i>Diário Oficial</i> .....	612
Fé pública da publicação oficial e do seu arquivamento (arts. 98 e 135) .....	613
A publicação oficial como meio de prova .....	614
A publicação oficial como título .....	616
Função das publicações nos jornais de grande circulação .....	617
Princípios da antecedência, da oportunidade e da concomitância .....	617
Regime de publicidade .....	618
Habitualidade – Regularidade – Proximidade – Excepcionalidade .....	618
Princípio de proximidade e requisito de grande circulação .....	619
Exclusão da assiduidade como característica da grande circulação .....	620
Conceito de jornal de grande circulação .....	621
§ 2º .....	622
§ 3º .....	622
§ 4º .....	623
§ 5º – Lei n. 8.934, de 1994, e Decreto n. 1.800, de 1996 .....	624
§ 6º .....	624

## Índice Geral

Art. 290 .....	625
Lei de 1940 .....	625
Lei n. 6.404, de 1976 .....	625
Lei n. 9.457, de 1997 .....	625
Art. 291 .....	626
Lei de 1940 .....	626
Lei n. 6.404, de 1976 .....	627
Lei n. 9.457, de 1997 – Agravamento do direito de autoconvocação ..	628
Instrução CVM n. 165, de 1991 .....	630
Art. 292 .....	631
Finalidade da norma revogada .....	631
Art. 293 .....	632
Lei de 1940 .....	632
Lei n. 6.404, de 1976 .....	632
Agente emissor de certificados .....	633
Ações escriturais – Sua certificação, fiscalização e dúvidas no registro	634
Penhor e outros direitos e ônus .....	634
Custódia de ações fungíveis .....	634
Certificado de depósito de ações .....	635
Resgate, amortização e reembolso de ações .....	635
Cédula de debêntures .....	636
Art. 294 .....	636
Lei de 1940 .....	636
Lei n. 6.404, de 1976 .....	637
Lei n. 9.457, de 1997, e Lei n. 10.194, de 14 de fevereiro de 2001 ...	637
Lei n. 10.303, de 2001 – Dispensa de publicação oficial das pequenas	
sociedades anônimas .....	639
Função do preceito .....	639

### CAPÍTULO XXVI

#### DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 299 .....	641
Extinção e posterior recriação da Sudam e da Sudene – Medida Provi-	
sória n. 2.145/2001 e Leis Complementares n. 124 e 125, de 3-1-2007	641
Art. 299-A .....	642
Art. 299-B .....	642
Art. 300 .....	644